

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43

REGISTRO CVM nº 310

MATÉRIAS PREVISTAS NO EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DIVULGADO PELA COMPANHIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DE INVESTIDORES EM SÉRIE ÚNICA DA 394ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

A ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. ("Emissora"), nos termos da legislação pertinente e do Estatuto Social da Emissora, objetivando atender aos interesses dos investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da emissão da Emissora ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissão" respectivamente), vem apresentar a V.Sas., em razão da Assembleia Geral de Titulares de CRA, a se realizar, em segunda convocação no dia **26 de maio de 2026, às 11:00 horas**, ("Assembleia"), a serem realizadas exclusivamente de modo digital, em sala virtual, administrada pela Emissora, através do sistema *Zoom*, de conexão via internet, cujo acesso deve ser feito por meio do link que será informado pela Emissora aos Titulares de CRA que manifestarem interesse no comparecimento da Assembleia até a data da realização da Assembleia, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a ordem do dia da Assembleia, a seguir exposta:

- (i) Aprovar a renúncia temporária (waiver) ao cumprimento das obrigações de pagamento de Amortização descritas no Anexo II – Cronograma de Pagamento e Amortização dos CRA ("Cronograma de Pagamento do CRA") do Termo de Securitização e do Anexo I – Datas de Pagamento da Remuneração e da Amortização ("Cronograma de Pagamento da CPR-F") da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2025 ("CPR-F"), exclusivamente em relação aos pagamentos compreendidos entre 29/05/2026, inclusive, até 24/12/2026, inclusive, descritos no Termo de Securitização e exclusivamente em relação aos pagamentos compreendidos entre 28/05/2026, inclusive, até 23/12/2026, inclusive, na CPR-F;

- (ii) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamento do CRA do Termo de Securitização e do Cronograma de Pagamento da CPR-F, que passará a vigorar conforme tabela presente no Anexo A;
- (iii) Aprovar a liberação, uma única vez, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura desta ata, de recursos existentes no Fundo de Liquidez descrito na cláusula 6.6 do Termo de Securitização e na cláusula 5.4 da CPR-F, de modo que, após a liberação de tais recursos à Devedora, o saldo remanescente do Fundo de Liquidez seja, no mínimo, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), devendo este ser mantido no Fundo de Liquidez sem necessidade de verificação ou recomposição até dezembro de 2026, inclusive;
- (iv) Aprovar a alteração da redação do mecanismo de recomposição do Fundo de Liquidez descrito na cláusula 6.6 do Termo de Securitização e na cláusula 5.4 da CPRF, como segue: (i) o Valor Mínimo do Fundo de Liquidez a ser verificado no 5º dia útil de janeiro de 2028, será equivalente à 120% da maior parcela de evento programado de Amortização e Remuneração da CPRF, conforme o caso, considerando o período entre janeiro de 2027 (inclusive) e dezembro de 2027 (inclusive). O Valor Mínimo do Fundo de Liquidez será composto pela retenção dos valores recebidos na Conta Vinculada em 12 parcelas, sendo certo que as retenções serão programadas nas datas de programação das retenções para pagamento das parcelas mensais de Amortização e Remuneração, considerando como o valor mensal de retenção, o resultado da divisão da maior parcela projetada de evento programado da CPRF entre os meses de janeiro e dezembro de 2027 dividido por 12 (doze), até que seja atingido o Valor Mínimo do Fundo de Liquidez; (ii) a partir de fevereiro de 2028 (inclusive) o Valor do Fundo de Liquidez, será verificado mensalmente no 5º dia útil de cada mês, no montante equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da maior parcela de Amortização e Remuneração no horizonte de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data de verificação do Fundo de Liquidez, sendo que, para fins de cálculo da Remuneração, a Securitizadora deverá considerar a última Taxa DI divulgada, observado que o valor aqui mencionado será proporcional à quantidade de CRA integralizados;

- (v) Aprovar o waiver para a não verificação da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária, conforme cláusula 4.1 do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária"), exclusivamente até 31 de dezembro de 2026. Caso a presente Ordem do Dia seja aprovada, não haverá a ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da CPR-F, nos termos da cláusula 4.1.5 da Cessão Fiduciária;
- (vi) Aprovar a inclusão de novos contratos como Garantias Adicionais à Cessão Fiduciária, ainda que não aderentes aos Critérios de Elegibilidade previstos na cláusula 5.1 do Contrato de Cessão Fiduciária. Caso a presente Ordem do Dia seja aprovada: (a) o(s) contrato(s) incluído(s) poderá(ão) ser liberado(s) da Cessão Fiduciária automaticamente quando o saldo devedor da CPR-F se tornar equivalente ou inferior a percentual do Valor Nominal da CPR-F na Data de Emissão, o qual será informado em material de apoio, juntamente com a relação dos contratos a serem incluídos em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da Assembleia; e (b) para fins de atingimento do referido percentual, fica facultada à Devedora a realização de amortização antecipada facultativa parcial da CPR-F ("Amortização Extraordinária Facultativa"), sem incidência do Prêmio de Liquidação Antecipada, cujos termos e condições deverão ser formalizados em aditamento à CPR-F e ao Termo de Securitização.

Não obstante esta comunicação tenha sido disponibilizada, por meio do módulo Fundos.Net, na espécie "Proposta da Administração", esclarecemos que o item da ordem do dia descrito no Edital de Convocação não deverá ser interpretado como sugestão e/ou direcionamento de voto, por parte da administração da Emissora, sendo denominado no módulo Fundos.Net como "Proposta da Administração" em razão do formato de disponibilização previsto no respectivo software e de acordo com as normas e orientações gerais da Comissão de Valores Mobiliários.

A presente "Proposta de Administração" poderá ser acessada na CVM através do site www.gov.br/cvm (neste website, acessar "Companhias", clicar em "Informações de CRI e CRA (Fundos.Net)", clicar em "Exibir Filtros", no campo "Tipo de Certificado" selecionar "CRA", no campo "Securitizadora" selecionar "ECO. SEC. DTOS. CREDIT. AGRONEGÓCIOS S/A", no campo "Nome do Certificado" selecionar "**ECO SEC AGRO CRA Emissão: 394 Série: 1 ENEBRA BRASIL 04/2025 BRECOACRAJ57**", no campo "CATEGORIA" preencher "Assembleia", no campo

“TIPO” preencher “AGO”, no campo “ESPÉCIE”, preencher “Proposta do Administrador” e deixar os campos “Período de Entrega De:” e “Período de Entrega Até:” em branco, depois, clicar em “Visualizar o Documento” na coluna “Ações”).

São Paulo, 19 de maio de 2026.

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Danilo Beretz Aren

Diretor de Relações com os Investidores,

Distribuição e Securitização

ANEXO I**INSTRUÇÃO DE VOTO A DISTÂNCIA**

ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, DA EM SÉRIE ÚNICA DA 394ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A., A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 26 DE MAIO DE 2026 E/OU EVENTUAIS REABERTURAS

Nome/Denominação do Titular de CRA (Em caso de fundo de investimento, preencher com os dados do gestor/administrador, conforme o caso, e incluir a lista de fundos representados ao final desta instrução de voto):	
CPF/CNPJ do Titular de CRA (Em caso de fundo de investimento, preencher com os dados do gestor/administrador, conforme o caso, e incluir a lista com o CNPJ dos fundos representados ao final desta instrução de voto):	
E-mail para Contato:	
Telefone(s) para Contato:	

Termos iniciados em letra maiúscula utilizados nesta instrução de voto a distância (“Instrução de Voto a Distância”) da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 394ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Securitizadora” ou “Emissora”), a ser realizada, em segunda convocação em 26 de maio de 2026, às 11:00 horas, conforme edital de convocação publicado no dia 18 de maio de 2026, no site da Emissora e no Sistema da CVM (“Assembleia”), que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no “*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 394ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.,*

Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Enebra Brasil Energia LTDA” (“Termo de Securitização”).

ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO

Para que esta Instrução de Voto à Distância seja considerada válida e os votos ali proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- (i) todos os campos deverão ser preenchidos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Titular de CRA e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço eletrônico e telefone para eventuais contatos;
 - (ii) o voto em cada deliberação deverá ser assinalado apenas em um dos campos (“aprovar”, “rejeitar” ou “abster-se”), sendo desconsideradas as Instruções de Voto à Distância rasuradas;
 - (iii) ao final, o Titular de CRA ou seu(s) representante(s) legal(is) deverá(ão) assinar esta Instrução de Voto à Distância, informando, ainda, a data de local de assinatura; e
 - (iv) a entrega desta Instrução de Voto à Distância deverá observar a regulamentação aplicável, assim como as orientações abaixo.
-

ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DA INSTRUÇÃO DE VOTO À DISTÂNCIA

O titular de CRA que optar por exercer o seu direito de voto por meio do preenchimento e envio desta Instrução de Voto à Distância deverá enviar os documentos indicados abaixo, conforme orientações a seguir, aos cuidados da Securitizadora, para o e-mail assembleia@ecoagro.agr.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail e: gtm@vortx.com.br | agentefiduciario@vortx.com.br :

- (i) Instrução de Voto a Distância devidamente preenchida, rubricada e assinada com certificação digital ou com reconhecimento de firma, observados os requisitos acima; e
- (ii) Cópia dos seguintes documentos, conforme aplicável:
 - (a) quando pessoa física: documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
 - (b) quando pessoa jurídica: (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (II) documentos societários que comprovem a representação legal do titular de CRA, incluindo ata de eleição da diretoria e ata de eleição do conselho de administração, se instalado; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
 - (c) quando fundo de investimento: (I) último regulamento consolidado do fundo; (II) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (III) documento de identidade válido com foto do representante legal;
 - (d) caso qualquer dos titulares de CRA indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, que poderá ser assinada eletronicamente, obedecidas as condições legais.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor.

A Instrução de Voto e os documentos que a acompanham deverão observar o formato PDF e o

limite de até 20 MB para envio dos anexos.

Somente serão consideradas válidas as Instruções de Voto à Distância recebidas pela Companhia e pelo Agente Fiduciário, acompanhadas dos documentos necessários para participação na Assembleia, preferencialmente, até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia e até o horário de abertura da Assembleia.

Caso a Securitizadora e o Agente Fiduciário recebam mais de uma Instrução de Voto à Distância do mesmo titular de CRA, será considerada, para fins de contagem de votos na Assembleia, a Instrução de Voto a Distância mais recente enviada por tal Titular de CRA ou seu representante legal.

A efetiva data de recebimento do voto será a data de recebimento, pela Securitizadora, da Instrução de Voto a Distância e de todos os documentos que a acompanham, em formato eletrônico, conforme indicado acima. Caso a Instrução de Voto a Distância seja eventualmente encaminhada e não esteja integralmente preenchida ou não venha acompanhada dos documentos comprobatórios indicados acima, ela será desconsiderada e o titular de CRA será informado, pela Securitizadora, de referida desconsideração por meio do endereço de e-mail indicado na Instrução de Voto a Distância.

O titular de CRA que fizer o envio da Instrução de Voto à Distância e esta for considerada válida não precisará acessar o link para participação digital da Assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 26, § 3º, da Resolução CVM nº. 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”). Contudo, será desconsiderada a Instrução de Voto a Distância anteriormente enviada por tal titular de CRA ou por seu representante legal, caso este participe da Assembleia por meio do acesso ao link e, cumulativamente, manifeste seu voto durante a Assembleia.

Por fim, o titular de CRA declara que não há hipótese em seu voto que pode ser caracterizada como conflito de interesses em relação às matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução da CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), o artigo 115 § 1º da Lei 6404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, informando a todos os

presentes que tais hipóteses inexistem.

A Securitizadora coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

MANIFESTAÇÃO DE VOTO:

- (i) Aprovar a renúncia temporária (waiver) ao cumprimento das obrigações de pagamento de Amortização descritas no Anexo II – Cronograma de Pagamento e Amortização dos CRA ("Cronograma de Pagamento do CRA") do Termo de Securitização e do Anexo I – Datas de Pagamento da Remuneração e da Amortização ("Cronograma de Pagamento da CPR-F") da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2025 ("CPR-F"), exclusivamente em relação aos pagamentos compreendidos entre 29/05/2026, inclusive, até 24/12/2026, inclusive, descritos no Termo de Securitização e exclusivamente em relação aos pagamentos compreendidos entre 28/05/2026, inclusive, até 23/12/2026, inclusive, na CPR-F;

☐ **Aprovar**

☐ **Rejeitar**

☐ **Abster-se**

- (ii) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamento do CRA do Termo de Securitização e do Cronograma de Pagamento da CPR-F, que passará a vigorar conforme tabela presente no Anexo A;

☐ **Aprovar**

☐ **Rejeitar**

☐ **Abster-se**

- (iii) Aprovar a liberação, uma única vez, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura desta ata, de recursos existentes no Fundo de Liquidez descrito na cláusula 6.6 do Termo de Securitização e na cláusula 5.4 da CPR-F, de modo que, após a liberação de tais recursos à Devedora, o saldo remanescente do Fundo de Liquidez seja, no mínimo, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), devendo este ser mantido no Fundo de Liquidez sem necessidade de verificação ou recomposição até dezembro de 2026, inclusive;

☐ **Aprovar**

☐ **Rejeitar**

☐ **Abster-se**

- (iv) Aprovar a alteração da redação do mecanismo de recomposição do Fundo de Liquidez descrito na cláusula 6.6 do Termo de Securitização e na cláusula 5.4 da CPRF, como segue: (i) o Valor Mínimo do Fundo de Liquidez a ser verificado no 5º dia útil de janeiro de 2028, será equivalente à 120% da maior parcela de evento programado de Amortização e Remuneração da CPRF, conforme o caso, considerando o período entre janeiro de 2027 (inclusive) e dezembro de 2027 (inclusive). O Valor Mínimo do Fundo de Liquidez será composto pela retenção dos valores recebidos na Conta Vinculada em 12 parcelas, sendo certo que as retenções serão programadas nas datas de programação das retenções para pagamento das parcelas mensais de Amortização e Remuneração, considerando como o valor mensal de retenção, o resultado da divisão da maior parcela projetada de evento programado da CPRF entre os meses de janeiro e dezembro de 2027 dividido por 12 (doze), até que seja atingido o Valor Mínimo do Fundo de Liquidez; (ii) a partir de fevereiro de 2028 (inclusive) o Valor do Fundo de Liquidez, será verificado mensalmente no 5º dia útil de cada mês, no montante equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da maior parcela de Amortização e Remuneração no horizonte de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data de verificação do Fundo de Liquidez, sendo que, para fins de cálculo da Remuneração, a Securitizadora deverá considerar a última Taxa DI divulgada, observado que o valor aqui mencionado será proporcional à quantidade de CRA integralizados;

☐ **Aprovar**

☐ **Rejeitar**

☐ **Abster-se**

- (v) Aprovar o waiver para a não verificação da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária, conforme cláusula 4.1 do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária"), exclusivamente até 31 de dezembro de 2026. Caso a presente Ordem do Dia seja aprovada, não haverá a ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da CPR-F, nos termos da cláusula 4.1.5 da Cessão Fiduciária;

☐ **Aprovar**

☐ **Rejeitar**

☐ **Abster-se**

- (vi) Aprovar a inclusão de novos contratos como Garantias Adicionais à Cessão Fiduciária, ainda que não aderentes aos Critérios de Elegibilidade previstos na

cláusula 5.1 do Contrato de Cessão Fiduciária. Caso a presente Ordem do Dia seja aprovada: (a) o(s) contrato(s) incluído(s) poderá(ão) ser liberado(s) da Cessão Fiduciária automaticamente quando o saldo devedor da CPR-F se tornar equivalente ou inferior a percentual do Valor Nominal da CPR-F na Data de Emissão, o qual será informado em material de apoio, juntamente com a relação dos contratos a serem incluídos em até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da Assembleia; e (b) para fins de atingimento do referido percentual, fica facultada à Devedora a realização de amortização antecipada facultativa parcial da CPR-F ("Amortização Extraordinária Facultativa"), sem incidência do Prêmio de Liquidação Antecipada, cujos termos e condições deverão ser formalizados em aditamento à CPR-F e ao Termo de Securitização.

☐ **Aprovar**

☐ **Rejeitar**

☐ **Abster-se**

Local:	
Data:	
Nome Signatário:	
CPF Signatário:	
Assinatura:	